



Lauro Campos homenageou as mulheres reafirmando sua admiração por Rosa Luxemburgo, intelectual judia nascida na Alemanha

Para Luiz Estevão, "pelas injustiças e opressões que ainda sofrem, todos os dias do ano seriam poucos para homenagear as mulheres"



Eduardo Siqueira Campos lembrou que as mulheres representam 40,4% da população economicamente ativa mas ainda são muito discriminadas

João Alberto lamentou que "a lógica da civilização ainda mantenha profunda conexão com a lógica da violência contra as mulheres"



ACM diz que dará ênfase à conclusão das reformas

A votação das reformas tributária e política e a discussão de várias matérias já tramitando na Câmara dos Deputados, como a imunidade parlamentar, serão as principais metas do Congresso Nacional na atual legislatura, previu ontem o senador Antonio Car-

los Magalhães. Ele afirmou que as duas reformas começam a ser discutidas no final de março, mas considera importante que os deputados decidam urgentemente sobre o Código Civil, a edição de medidas provisórias, o efeito vinculante e a imunidade.

PÁGINA 2



ACM quer restringir a imunidade parlamentar apenas às palavras e ações decorrentes do exercício do mandato

Senadores lembram luta da mulher por direitos iguais

Com discursos de vários parlamentares, o plenário do Senado registrou ontem a passagem do Dia Internacional da Mulher relembrando a luta das mulheres em busca de igualdade de direitos e de oportunidades. Os senadores Lauro Campos, Luiz Estevão, Eduardo Siqueira Campos, João Alberto e Edison Lobão falaram sobre a importância da mulher na sociedade e de como elas têm conquistado o merecido espaço no Brasil e no mundo. O Congresso Nacional fará amanhã sessão solene em homenagem às mulheres, acolhendo requerimento da senadora Emília Fernandes, uma das seis integrantes da bancada feminina na Casa. Ontem, foi aberta a 2ª Semana da Mulher com a inauguração da exposição "Saúde da Mulher".

PÁGINAS 4 E 5

Plenário estuda critérios para créditos a estados

PÁGINA 2

ACM defende conclusão do ciclo de reformas

Propostas de mudanças nas áreas política e tributária deverão ser prioridade do primeiro semestre, conforme o senador. Ele defende também revisão da imunidade parlamentar

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, apontou ontem a conclusão do ciclo de reformas constitucionais como uma das prioridades legislativas do Congresso Nacional, a partir de agora. Na sua avaliação, a votação das reformas tributária e política, ao lado de matérias em tramitação na Câmara, entre elas a imunidade parlamentar, serão as principais tarefas do primeiro semes-

tre da atual legislatura.

— As duas reformas terão curso já agora, no final deste mês. Mas é importante também que a Câmara decida sobre o Código Civil, a edição de medidas provisórias, o efeito vinculante das decisões do Supremo, e a imunidade parlamentar — disse.

O senador acredita que a Câmara poderia examinar a proposta de restrição da imunidade aprovada pelo Se-

nado, juntamente com a que tramita naquela Casa, de iniciativa de deputado, para acelerar o processo.

— Temos grande interesse em colocar a imunidade em seu devido lugar: ela não pode se estender fora do Congresso, tem que se prender somente às palavras pronunciadas no exercício do mandato. Precisamos votar o quanto antes, seja o projeto do Senado, seja o da Câmara — afirmou.

Antonio Carlos revelou que pretende concluir o processo de formação das comissões permanentes do Senado nesta semana. Apenas a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) está definida e em funcionamento regular. Sua instalação foi antecipada em função da necessidade de sabatinar, no último dia 26, os nomes indicados para a nova diretoria do Banco Central.

Emenda poderá extinguir tribunais do trabalho e militar

A apresentação de emenda constitucional poderá ser o caminho para efetuar a extinção dos tribunais do trabalho e militar, disse ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Ele revelou já ter recebido mais de seiscentas mensagens apoiando a idéia, mas garantiu não ter falado a respeito com o presidente Fernando Henrique:

— Não falei com o presidente. Os meus problemas ficam comigo — afirmou.

O senador disse que viu “com muita alegria” o anúncio da Associação dos Magistrados Brasileiros de que pretende interpelá-lo judicialmente a



Antonio Carlos disse ter recebido “com alegria” anúncio de interpelação pela AMB

respeito de suas declarações sobre o Poder Judiciário. Confirmou também que vai falar sobre o assunto, no plenário do Senado:

— Estou juntando elementos para o pronunciamento, e até já tenho o bastante, mas espero uma hora mais própria politicamente — esclareceu.

Indagado sobre como se sentia por ser “o único político a não ter medo e afrontar o Judiciário”, Antonio Carlos respondeu.

— Eu não afronto o Judiciário e ninguém deve ter medo de nada, nem do Congresso, nem do Judiciário, nem do Executivo. Cada um tem que passar por

suas reformas, e o Judiciário também precisa passar pela sua — concluiu.

Quanto ao possível envolvimento do senador Iris Rezende (PMDB-GO) na denúncia de desvio de recursos de campanha levantada contra seu irmão e suplente, Otoniel Machado, Antonio Carlos disse que, pelo menos até agora, o Senado nada tem a fazer.

— Tenho o senador Iris Rezende em muito boa conta, e até agora não vi nada que possa incriminá-lo. E qualquer atitude neste momento (em relação a Otoniel) seria avançar além do poder que nós temos, e nós não podemos agir fora do âmbito do Senado — explicou.

CAE examina indicações para Cade e TCU

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), presidida pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), se reunirá hoje, às 10 horas, para examinar mensagens do presidente da República com indicações para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça, e para o Tribunal de Contas da União (TCU).

Para exercer o cargo de procurador-geral do Cade o indicado é Amauri Serralvo, e para a função de conselheiro do órgão, João Bosco Leopoldino da Fonseca. Será examinada também a indicação de Walton Alencar Rodrigues para ocupar a vaga de ministro do TCU, em decorrência da aposentadoria do ministro Carlos Átila Alvares da Silva.

As mensagens de indicação deverão ser submetidas, posteriormente, ao plenário do Senado, conforme estabelece a Constituição.

Plenário decidirá critério para votação de empréstimo com parecer desfavorável do BC

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, quer que o plenário decida, durante a sessão de hoje, os critérios a serem seguidos pelos senadores ao votar operações financeiras de estados com parecer desfavorável do Banco Central. Pela Constituição, compete privativamente ao Senado aprovar ou rejeitar pedidos de estados e municípios para tomar financiamento.

Antonio Carlos afirmou ontem que o Senado deve ter “critérios efetivos” para votar empréstimos nestas situações. Contam da Ordem do Dia de hoje dois pedidos de empréstimo externo do governo do estado do Rio, no valor total de US\$ 366 milhões, os quais, no entanto, não se enquadram nas exigências feitas pelo Senado (Resolução 78/98) quanto aos limites de endividamento global, o que gerou o parecer desfavorável do BC.

Os dois pedidos do governo do Rio, no entanto, foram aprovados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) nos

últimos dias, quando receberam votos contrários dos senadores Paulo Souto (PFL-BA), Osmar Dias (PSDB-PR) e Lauro Campos (PT-DF). O primeiro financiamento, no valor de US\$ 186 milhões, é oferecido pelo Banco Mundial e se destina a obras de transporte. O segundo, de US\$ 180 milhões, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), bancará parcialmente um grande projeto de saneamento básico na Baixada Fluminense, beneficiando cerca de 200 mil pessoas.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB), relator das duas matérias, recomenda sua aprovação afirmando, entre, outras coisas, que elas são de extrema importância social para o Rio de Janeiro.

Ainda hoje, o plenário vota ato que autoriza o funcionamento, por mais dez anos, das rádios FM Canavial, da cidade de Redenção (CE), e Riviera, de Goiânia (GO).

Amanhã, os senadores apreciam projeto, oriundo da Câmara, que regulamenta

a coleta, o processamento e a transfusão de sangue. Com parecer favorável do então senador José Alves, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a proposta proíbe qualquer tipo de comercialização de sangue e seus componentes.

De acordo com o projeto aprovado pelos deputados, também ficaria vedada a comercialização dos hemoderivados, que são produtos oriundos do sangue total ou do plasma, obtidos por meio de processamento físico-químico ou biotecnológico. Mas o relator da matéria, sob o argumento de que o Brasil depende da importação desses produtos para abastecer seu mercado, conseguiu aprovar na CAS emenda ao projeto, retirando da proibição os hemoderivados.

A proposta cria, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados (Sinasan), formado pelos organismos operacionais de captação de doações, coleta, processamento e controle do sangue.

AGENDA

TERÇA-FEIRA, 9 DE MARÇO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente
12h - Recebe o senhor Fernando de La Rúa, prefeito de Buenos Aires
15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *Projeto de Resolução nº 11/99, que autoriza o estado do Rio de Janeiro a realizar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de US\$ 180.000.000.00; *Projeto de Resolução nº 12/99, que autoriza o estado do Rio de Janeiro a realizar operação de crédito com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor de US\$ 186.000.000.00; *PDL nº 54/95, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Canavial Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Redenção (CE); e *PDL nº 124/95, que renova a permissão outorgada à Rádio Riviera Ltda., posteriormente transferida à Rádio Terra FM de Goiânia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia (GO).

COMISSÃO

10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Apreciação da *Mensagem nº 59/99, que submete ao Senado o nome do senhor Amauri Serralvo para exercer o cargo de procurador-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica do Ministério da Justiça; *Mensagem nº 60/99, que submete ao Senado o nome do senhor João Bosco Leopoldino da Fonseca para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica do Ministério da Justiça; e *Mensagem nº 64/99, que submete ao Senado o nome do senhor Walton Alencar Rodrigues para compor o Tribunal de Contas da União, no cargo de ministro, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Carlos Átila Alvares da Silva. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 19*

PREVISÃO DA SEMANA

Quarta-feira (10.3.99)
10h - Sessão Solene do Congresso Nacional em Homenagem ao Dia Internacional das Mulheres. *Plenário do Senado*
14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado
Pauta: *PDL nº 57/96, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Pernambuco S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife (PE); *PDL nº 25/98, que aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Clube Rio do Ouro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jacobina (BA); e *PLC nº 1/99, que regulamenta o § 4º do art. 199 da Constituição federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, e estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades.
Quinta-feira (11.3.99)
14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Votação, em turno suplementar, do substitutivo ao *PLC nº 94/94, que acrescenta § 2º ao art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho; e *PLC nº 20/98, que altera a Lei nº 7.674, 4.10.88, que autoriza o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social a doar à Academia Nacional de Medicina imóveis destinados à instalação de centros de estudo e pesquisa.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade
Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Para Maldaner, Brasil deve ser mais agressivo nas relações comerciais

Segundo o senador catarinense, globalização econômica obriga as autoridades brasileiras a serem mais arrojadas na defesa dos interesses nacionais



Para Maldaner, no mundo de mercado, "quem muito se agacha algo lhe aparece"

As relações internacionais de mercado, principalmente nessa fase de globalização econômica, exigem que as autoridades brasileiras tomem atitudes mais arrojadas e agressivas em defesa dos interesses nacionais, disse ontem o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC):

– Parece que temos sido muito fidalgos nas relações internacionais – afirmou, acrescentando que no mundo do mercado vale o ditado de que “quem muito se agacha algo lhe aparece”.

Para o senador, os primeiros quatro anos do governo Fernando

Henrique Cardoso representaram grandes dificuldades para o setor produtivo nacional, particularmente para as empresas médias e pequenas, sufocadas por uma concorrência desleal que transformou várias áreas das capitais do país “em verdadeiros camelódromos”.

Ao destacar reunião realizada na Federação das Indústrias de Santa Catarina, na semana passada, com a presença do ministro do Desenvolvimento e da Produção, Celso Lafer, o senador disse ter reivindicado mais arrojo na defesa dos interesses econômicos brasileiros na

comunidade internacional.

Além disso, ao ser informado de que o ministro pretende recrutar cerca de 90 técnicos para assessorá-lo na definição de caminhos para o desenvolvimento do país, Maldaner afirmou ter manifestado sua opinião de que esses técnicos tenham experiência junto ao setor produtivo.

Em aparte, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) concordou que o desequilíbrio que caracteriza a balança comercial brasileira decorre da falta de uma política que garanta a competitividade dos produtos nacionais.



Mozarildo lembra que superposição de funções representa desperdício de dinheiro público

Mozarildo propõe fusão da Funai com Ibama e Inbra

O governo federal deveria extinguir ou fundir a Funai com o Ibama e o Inbra e repassar aos estados e municípios a função de cuidar dos problemas dos índios, da reforma agrária e do meio ambiente, sugeriu em discurso o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR).

Para ele, a extinção de “órgãos inúteis ou ineficientes” pode reduzir os gastos federais ou aumentar a arrecadação de impostos, “sem sacrificar o povo”:

– Tais assuntos estão intimamente interligados e não devem ser tratados em órgãos diferentes, que não se comunicam entre si e ainda atropelam as ações municipais e estaduais, desperdiçando dinheiro e obtendo resultados abaixo do que seria possível caso estados e municípios cuidassem destes assuntos – afirmou.

Mozarildo Cavalcanti assinalou que há no governo federal “duplicidade, superposição de ações, com desperdício de recursos financeiros e humanos”, e sua extinção, fusão ou transformação em secretarias, gerências ou agências, “encarregadas apenas de fiscalizar e supervisionar”, seria benéfica ao país.

O governo, conforme o senador, poderia também tomar várias medidas, algumas defendidas dentro do Congresso, para aumentar a arrecadação tributária federal. Entre elas, encontram-se a permissão para o funcionamento de cassinos no país, o incentivo ao turismo ecológico, a exploração racional dos recursos da Amazônia e a exploração mineral em reservas indígenas.

Senadores lamentam a morte de Antonio Houaiss

O plenário do Senado aprovou requerimento de pesar pelo falecimento, no último domingo, de Antonio Houaiss, filólogo, tradutor, acadêmico e integrante do Partido Socialista Brasileiro. Os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Geraldo Melo (PSDB-RN) e Roberto Saturnino (PSB-RJ), autor do requerimento e companheiro de partido de Houaiss, lamentaram a morte.

Roberto Saturnino disse que, com o falecimento, o Brasil perdeu um de seus filhos mais ilustres. “Escritor, membro da Academia Brasileira de Letras, ex-ministro da Cultura (*no governo Itamar Franco*), diplomata, perseguido e cassado pelo regime militar, Houaiss foi, acima de tudo, um cultor da língua”, ressaltou Saturnino.

O senador afirmou que o escritor, além do amor pelas letras, cultivava o gosto pela boa mesa e a boa bebida, tendo escrito sobre o assunto obras como *A Magia da Cozinha Brasileira* e *A Cerveja e seus Mistérios*. De acordo com Saturnino, Houaiss não hesitava em vestir um avental e ir à cozinha preparar pratos “de qualidade insuperável”.

O vice-presidente do Senado, Geraldo Melo, representando a Mesa, também apresentou manifestação de pesar pela morte. O senador lembrou que a tradução do romance *Ulisses*, do escritor irlandês James Joyce, foi um dos



Saturnino lembrou o amor de Houaiss pelas letras, pela boa mesa e pela boa bebida

trabalhos mais elogiados de Houaiss:

– Ele não temeu a advertência italiana que denuncia todo tradutor como um traidor e conseguiu elaborar um trabalho fantástico. Houaiss respeitou inclusive a importância da sonoridade para a expressão das idéias do autor e conseguiu encontrar a tradução precisa para isso – salientou Geraldo Melo.

Já o senador Lúcio Alcântara lembrou que Houaiss dedicou seus últimos anos de vida à confecção de um alentado dicionário da língua portuguesa, contendo a origem etimológica de todos os verbetes catalogados. Alcântara disse esperar que os colaboradores do filólogo concluam a obra. Ele declarou que a morte “enluta todo o país”.

Alcântara prevê que Antártida será grande fonte de recursos

Ao registrar sua participação na 17ª Operação Antártica, a convite da secretaria da Comissão Intermunicipal de Recursos do Mar, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse ontem que a Antártida poderá se transformar, no futuro, em uma grande fonte de recursos para a humanidade. Ele também falou sobre a importância de o Brasil integrar o conselho consultivo do continente, para no futuro participar da exploração dos recursos naturais existentes:

– Já foi descoberta uma grande reserva de petróleo, mas que nas condições atuais não pode ser explorada. Com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, certamente se tornará possível, em um determinado momento, que o mundo possa se apropriar dessas riquezas, respeitando o meio ambiente e a renovação dos recursos naturais – antecipou Lúcio Alcântara.

Segundo o senador, a operação desenvolvida em conjunto pelos ministérios da Marinha e da Aeronáu-

tica foi uma viagem de rotina, feita em condições de austeridade. Ele lembrou que a Antártida é regida por um tratado datado de 1957, ao qual o Brasil aderiu em 1975. Os signatários do documento assumem a posição de membros consultivos e se comprometem a manter alguma estrutura de pesquisa em funcionamento no continente.

A cada dois anos, informou Lúcio Alcântara, é realizada uma reunião entre os membros consultivos para reexaminar o tratado e afastar as pretensões territorialistas sobre o continente. O senador disse que nações como Chile e Argentina defendem a tese de que teriam direito sobre parte da Antártida:

– O tratado confere o caráter de internacionalização, e os países lá representados se comprometem a cumprir rígidas normas com relação à proteção e conservação do meio ambiente e à realização de pesquisas geológicas e sobre meio ambiente, fauna e flora que lá existem.

Alcântara: Brasil deve participar ativamente do conselho consultivo do continente antártico



Marina fala na TV sobre luta pela cidadania



A líder do Bloco Oposição, senadora Marina Silva (PT-AC), é a entrevistada de

hoje do programa *Mulheres em Destaque*, que a TV Senado levará ao ar à 1h, 5h, 13h30 e 21h15, com reapresentação domingo (dia 14), às 13h30. Na entrevista, Marina reafirma a luta que vem empreendendo no Senado pelos direitos humanos, cidadania, meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Marina Silva aborda também na entrevista aspectos da crise econômica, lembrando que a oposição já alertava há dois anos o governo federal sobre erros na condução da política cambial. O corte de recursos orçamentários, que pode inviabilizar a administração do Acre, é outro tema tratado pela senadora no programa da TV Senado.

Marina Silva nasceu em Breu Velho, a 70 quilômetros de Rio Branco, no Acre, e tem mandato no Senado até 2005.

Envelhecimento da população é debatido

O envelhecimento da população brasileira e do mundo é o tema de entrevista concedida à TV Senado pelo gerontólogo Marcelo Antonio Salgado. O programa irá ao ar hoje, às 4h40, 9h30, 12h30 e 20h30.

Na entrevista, o médico destaca as diferenças no processo de envelhecimento das pessoas em vários países desenvolvidos e em desenvolvimento. Ele informa que, devido à importância do assunto, a ONU declarou 1999 o *Ano Internacional do Idoso*. O gerontólogo aborda ainda no programa da TV Senado a necessidade de políticas públicas mais efetivas para os velhos, lembrando que de nada adianta possuir uma expectativa de vida maior sem que isto represente viver melhor.

Lauro Campos recorda Rosa Luxemburgo, "mulher do século"

Senador observa que intelectual alemã, independente, revolucionária e audaciosa, previu a globalização e a crise do capitalismo globalizado

O senador Lauro Campos (PT-DF) homenageou as mulheres, ontem, pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher, reafirmando sua admiração por Rosa Luxemburgo. "Para mim, existe apenas uma mulher capaz de expressar a mulher do século 20. Uma mulher que marcou a minha vida. Sou verdadeiramente apaixonado por Rosa Luxemburgo", afirmou o senador.

Intelectual, judia nascida na Alemanha, Rosa Luxemburgo foi lembrada por Lauro Campos como uma mulher "independente, revolucionária, audaciosa, atrevida e crítica brilhante tanto do socialismo quanto do capitalismo acumulador". Segundo o senador, Rosa Luxemburgo previu a globalização inexorável e a crise do capitalismo globalizado, conquistando o direito de falar de igual para igual com os maiores intelectuais da sua época e de divergir deles também.



Lauro Campos disse que existe apenas uma personalidade capaz de expressar a mulher do século 20 — Rosa Luxemburgo

Lauro Campos citou livro escrito por Rosa Luxemburgo, onde revela que a exploração da borracha na Amazônia brasileira por empresas estrangeiras custava 1,7 cadáver por tonelada de borracha. Lauro criticou a globalização da economia, a acumulação de capital e o neoliberal brasileiro, que não sabe que o neoliberalismo existe desde 1873.

Para o senador, Rosa Luxemburgo conquistou ainda um direito que a maioria das mulheres ainda não conseguiu: o direito ao orgasmo. Lauro lembrou também que, graças às opiniões assumidas, Rosa Luxemburgo foi fuzilada em 15 de janeiro de 1919, e que, ao completar 80 anos de sua morte, cerca de 100 mil pessoas reuniram-se em Londres para homenageá-la.

João Alberto lembra que parceiros são responsáveis por 66% dos homicídios

Apesar dos enormes avanços na situação das mulheres, "a lógica da civilização ainda mantém profunda conexão com a lógica da violência contra elas", afirmou o senador João Alberto (PMDB-MA). Esse quadro, a seu ver, "precisa ser revertido, sob pena de os seres humanos perpetuarmos uma situação de civilização de fachada, instrumentalizada para camuflar uma interioridade repleta de truculência, de menosprezo, de humilhação, de exclusão e de desrespeito".

Os dados da violência cometida contra as mulheres demonstram o quanto elas ainda estão longe de ser reconhecidas como pessoas, acrescentou. Segundo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) divulgado em julho de 1998, a maior causa de lesões em mulheres de 15 a 44 anos, em todo o mundo, está na violência doméstica, afirmou o senador.

No Brasil, pesquisa feita pelo Movimento Nacional pelos Direitos Humanos "detectou que mais de 66% das pessoas acusadas de



João Alberto vê como "ainda distante" o imperativo de igualdade real entre homens e mulheres

homicídios contra mulheres eram seus parceiros", disse João Alberto. Esse dado, conforme o senador, coincide com outro estudo, realizado junto às delegacias da mulher, segundo o qual "85,5% dos casos de queixas registradas por violência física também apontam os parceiros como autores da agressão".

João Alberto citou ainda pesquisa de 1991 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) nos registros de polícia do estado São Paulo, em que se verificou que "70% dos responsáveis pelos abusos sexuais contra crianças eram pais biológicos e 93% das vítimas eram meninas".

O senador referiu-se também aos dados que apontam para gastos em torno de R\$ 4 bilhões — "parcela não desprezível do PIB!" — por causa da violência doméstica, contabilizadas aí as despesas com tratamento médico, policiamento, custos processuais e queda da produtividade do trabalho.

Esse quadro, na opinião de João Alberto, revela o quanto o imperativo da igualdade real entre homens e mulheres ainda está distante, o que, para ele, demonstra o quanto a civilização deve ser aprimorada para admitir "a presença da mulher na totalidade da riqueza do seu ser mulher".

Senado faz exposição sobre a saúde

Foi inaugurada ontem, na Senado Galeria, a exposição "Saúde da Mulher", em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. A mostra, que se encerra no próximo dia 19, foi organizada pela Subsecretaria de Relações Públicas e pela Secretaria de Assistência Médico-Social (SAMS), e apresenta símbolos femininos (como sapatos altos, sapatilhas de balé, maquiagem, bordados) ao lado de informações sobre a prevenção de doenças. Segundo Elizabeth Guimarães dos Santos, enfermeira responsável pela área de educação e saúde da SAMS, a idéia foi a de mesclar imagens agradáveis e bonitas a dados sobre prevenção de doenças, para que o tema não ficasse pesado. A mostra foi organizada pelas enfermeiras da secretaria. A exposição é entremeadada com frases de mulheres, entre elas a cantora Rita Lee, a ex-deputada Marta Suplicy e a primeira-dama Ruth Cardoso. As senadoras são homenageadas, além de mulheres que entraram para a História (como a princesa Isabel e Joana Angélica) ou personagens famosas da literatura (Capitu, Ana Terra e Gabriela) e da música popular brasileira (Rita, Luiza e Iracema). Há informações sobre beleza, anticoncepcionais, gravidez, amamentação, prevenção de câncer de mama e do colo do útero, prática de esportes e menopausa. Quem quiser mais informações sobre esses assuntos pode ligar para (061) 311-5050 e (061) 311-5090. A Senado Galeria está aberta ao público de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h, e nos finais de semana das 10h às 15h.

Luiz Estevão homenageia as mulheres pelo seu dia

Parlamentar diz que, apesar dos avanços ocorridos, há um “longo caminho a percorrer” em direção à plena emancipação feminina

“Pelo muito que fazem pela sociedade, por tantas injustiças e opressões que ainda sofrem nos dias de hoje, todos os dias do ano seriam poucos para homenagear as representantes do sexo feminino.” A afirmação foi feita ontem pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF), em discurso em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

Luiz Estevão disse que o presidente Fernando Henrique Cardoso iria marcar a data indicando uma mulher para compor os quadros do Superior Tribunal de Justiça. “Apesar das muitas juízas que já atuam em tribunais de 1ª instância, não há, ainda, no Brasil, uma representante do sexo feminino integrando qualquer dos tribunais superiores”.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, completou a informação, dizendo que seriam duas as mulheres escolhidas para integrar o STJ.

Para o senador pelo Distrito Federal, ainda há um longo caminho



Para Luiz Estevão, as pressões impostas pela ditadura da estética estão entre as ameaças que hoje recaem sobre as mulheres

a percorrer em direção à liberação da mulher. “Mesmo nos dias de hoje, elas sofrem mutilações físicas sob pretextos sociais e religiosos. Também não podemos esquecer a ‘ditadura da estética’, que leva milhares de adolescentes a sofrerem de depressão, e até morrerem, por causa de um ideal impossível de ser atingido. Cabe à sociedade banir essas exigências estéticas que resultam em doenças graves como a bulimia e a anorexia”, observou.

Mencionando o fato de o Senado ter hoje uma bancada de seis senadoras, a maior da História, Estevão lembrou que somente no século 20 a mulher ganhou o direito de votar e ser votada. “Mesmo hoje, a participação da mulher no Congresso brasileiro é mínima, apenas 8%, quando ela representa 52% do eleitorado”, concluiu. Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) registrou, em nome da liderança, a homenagem do seu partido às mulheres.

Senador condena discriminação no trabalho

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) homenageou as mulheres brasileiras e, de modo especial, as mulheres do Tocantins, pela passagem do Dia Internacional da Mulher. Dizendo que metade do eleitorado brasileiro atual é feminino, ele lembrou que, somente em 1932, as mulheres passaram a votar no país e, apenas dois anos mais tarde, puderam concorrer a cargos eletivos.

Eduardo Siqueira Campos também ressaltou que as mulheres representam atualmente 40,4% da população economicamente ativa no Brasil. Salientou, no entanto, que elas ainda são extremamente discriminadas.

– Sabemos que o vínculo empregatício das mulheres é mais frágil do que o dos homens, pois elas, geralmente, recebem salário menor pelo exercício das mesmas tarefas – disse o senador.

O representante do Tocantins no Senado afirmou que as mulheres ainda são vítimas de muita violência, “inclusive dentro do próprio lar”. Mas lembrou que



Eduardo Siqueira Campos disse que, em geral, as mulheres recebem menos para cumprir as mesmas tarefas que os homens

essas vítimas têm demonstrado, cada vez mais, disposição para denunciar as agressões sofridas.

Eduardo Siqueira Campos lembrou ter sido o primeiro prefeito eleito da capital do Tocantins, Palmas, tendo como companheira de chapa a professora Mariza Sales – que chefiou, em seu governo, a Secretaria de Ação Social.

Também parabenizou a presidente da Câmara de Vereadores da cidade, Maria da Balsa, e as outras três vereadoras da capital.

O senador citou 15 mulheres com destaque na sociedade tocantinense, entre elas três secretárias de Estado, uma secretária municipal, duas desembargadoras

e cinco juízas.

– Tenho plena convicção de que a luta da mulher continuará, e no novo milênio que se avizinha sua emancipação será integral – afirmou.

Eduardo Siqueira Campos lembrou a origem da instituição do Dia Internacional da Mulher, em 1857, quando pelo menos 127 trabalhadoras foram queimadas vivas em uma tecelagem em Nova York, em consequência da repressão policial. Elas faziam uma greve, pleiteando igualdade salarial com os homens e a redução da jornada de trabalho de 14 para dez horas diárias.

Congresso faz sessão especial amanhã

O Congresso Nacional realizará sessão solene amanhã, em homenagem às mulheres, pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher, que se comemora em 8 de março. A homenagem decorre de requerimento de iniciativa da senadora Emília Fernandes (PDT-RS), aprovado no último dia 23. A sessão ocorrerá no plenário do Senado Federal, a partir das 10 horas.



Nesta seção, o *Journal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores, abordando questões relevantes em debate no Congresso Nacional. Você pode participar telefonando para:

Fala, Cidadão

0800 612211

MAURO MENDES - GUARUJÁ (SP)

Mauro Mendes de Araújo, de Guarujá (SP), quer saber detalhes sobre o que chamou de “profissão” de senador da República. O vice-presidente do Senado, senador Geraldo Melo (PSDB-RN), esclarece a questão.

Geraldo Melo: Em primeiro lugar, a atividade parlamentar não é uma profissão. O senador recebe um mandato de seus eleitores, o que se assemelha, mais ou menos, ao que o cidadão faz com seu advogado. Quando uma pessoa tem um problema, escolhe um advogado e, ao constituí-lo, ao dar a ele uma procuração para o representar, confere um mandato ao seu advogado. Ele é seu mandatário, tem autorização para falar em seu nome e, dentro de um processo judicial, discutir as coisas do seu interesse. De maneira similar, um senador é alguém que a população designou para, através de um mandato, representá-la, tratar dos seus interesses dentro do Senado.

Mas como os 81 senadores desempenham esse mandato? Quais são as suas atribuições? É preciso saber que o Brasil é um país em que o poder é dividido em três grandes campos. Comparando essa divisão de poder ao que acontece no futebol, verificamos que há um segmento que escreve a regra do jogo ou as leis do jogo, definindo o tamanho do campo, as penalidades, a posição de cobrança do pênalti. O segundo grupo é dos que vão executar a lei. Quem escreveu as leis do futebol não vai para dentro de campo jogar. Quem faz isso são outras pessoas, as que vão cumprir as leis do jogo. Mas é preciso que haja um terceiro grupo, quando existe uma dúvida sobre se determinada ação está dentro ou fora da regra do jogo.

No caso dos poderes da República, existe o Legislativo, formado pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, que escreve a lei; o Poder Executivo, que executa a lei; e, se alguém achar que a lei não está sendo cumprida, que existe algum direito que não está sendo garantido, cabe a um terceiro poder decidir – o Poder Judiciário. Cada um, dentro da sua esfera, é soberano. Para fazer a lei, o Poder Legislativo é soberano, mas para executar a lei o Poder Legislativo não tem autoridade nenhuma.

O Poder Executivo é soberano nisso, desde que obedeça aos limites da regra do jogo. E quando há uma dúvida e a Justiça interfere, o Judiciário é soberano.

Os senadores têm que ter perante os olhos e em cima da mesa o conjunto de leis, o conjunto de regras ou normas e, fora da sala, as vozes da população, a realidade do dia-a-dia. Por isso é tão importante que os senadores não fiquem trancados em Brasília, mas que visitem os estados, andem na rua, ouçam as pessoas, porque, às vezes, a realidade muda tanto que é preciso mudar as regras do jogo.

Essa é minha visão do papel de um parlamentar, senador ou deputado, que é, acima de tudo, a responsabilidade de tentar compreender qual é a ânsia da população.

É preciso, ainda, abordar uma última questão: por que o Parlamento brasileiro tem duas Casas, a Câmara dos Deputados e o Senado? Vou explicar com um exemplo: São Paulo tem na Câmara representantes da população e, portanto, um número de deputados proporcional aos habitantes. Assim, São Paulo tem 70 deputados. Já o meu estado, o Rio Grande do Norte, por ser pouco populoso, só tem oito deputados. Então há uma Casa formada por uma quantidade de procuradores, de representantes ou mandatários, que são os deputados, proporcional ao tamanho da população, mas existe uma outra Casa para equilibrar a Federação, que é o Senado. No Senado, cada estado tem três representantes. Ele é a Casa da Federação, onde as pressões e os desequilíbrios que se manifestam na Câmara são, se necessário, aplainados e corrigidos.

Tião Viana cobra política contra a febre aftosa

Para senador, Ministério da Agricultura deve implementar nas regiões Norte e Centro-Oeste programa semelhante ao já desenvolvido nos estados do Sul, com o objetivo de prevenir, controlar e erradicar a doença

Tião Viana discorda da classificação do Acre como "área sem controle efetivo da febre aftosa"



O senador Tião Viana (PT-AC) pediu ontem a revisão da portaria do Ministério da Agricultura que classifica o estado do Acre como "área sem controle efetivo da febre aftosa". Para ele, tal classificação impede o estado de comercializar produtos de origem animal no mercado nacional, com graves consequências para sua economia, que tem na pecuária uma de suas atividades principais.

Segundo Tião Viana, a política do ministério não pode ser restritiva. "O que precisamos é de um amplo programa de prevenção, controle e erradicação da doença, a ser desenvolvido nas regiões Norte e Centro-Oeste. Somente no Acre, temos um rebanho bovino de 1,1 milhão

de cabeças que atende à demanda interna, gerando excedentes que precisam ser exportados para estados vizinhos. Trata-se de um gado de qualidade, com predomínio da raça nelore", afirmou.

Como exemplo do programa que defende, Tião Viana citou o investimento feito pelo Ministério da Agricultura entre 1969 e 1972 nos estados do Sul do Brasil, lançando mão de recursos da ordem de R\$ 61 milhões financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e de contrapartida dos governos federal e estaduais. "Como resultado, hoje esses estados são considerados 'zona livre de febre aftosa' e seus produtos podem ser expor-

tados", disse.

Em aparte, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) se associou à preocupação de Tião Viana, argumentando que o surto de aftosa no vizinho estado de Mato Grosso é pequeno e localizado, podendo ser facilmente controlado sem comprometer o rebanho do Acre.

Também em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que a classificação ISO 9000 dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul – que favorece a exportação de produtos bovinos para o mundo – deveria ser expandida aos demais estados para ajudar no equilíbrio da balança comercial brasileira nesse momento de crise.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 - Senado em Pauta
7h - Saúde Todo Dia - Baixo Impacto e Tai-chi-chuan
7h30 - Especial Unip - Doenças Venéreas - 2ª parte
7h55 - Senado em Pauta
8h - Saúde Todo Dia - Tênis
8h30 - Jornal do Senado
8h55 - Senado em Pauta
9h - Cores do Brasil - Amazonas
9h30 - Entrevista - O gerontólogo Marcelo Antônio fala sobre o Brasil que envelhece
9h55 - Senado em Pauta
10h - Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo) - Em destaque: Indicação do nome de Amauri Serralvo para exercer o cargo de Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)
12h30 - Entrevista - O gerontólogo Marcelo Antônio fala sobre o Brasil que envelhece
12h55 - Senado em Pauta
13h - Cores do Brasil - Ceará
13h30 - Mulheres em Destaque - A senadora Marina Silva fala sobre direitos humanos, cidadania, meio ambiente e desenvolvimento sustentável
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo) - Em destaque: Projeto que autoriza o Rio de Janeiro a realizar operações de crédito com o BID e Banco Mundial
18h30 - Cores do Brasil - Diamantina
19h - Palestra - O poder da persuasão nas apresentações

públicas

20h - Cores do Brasil - Bahia
20h30 - Entrevista - O gerontólogo Marcelo Antônio fala sobre o Brasil que envelhece
21h - Jornal do Senado
21h15 - Mulheres em Destaque - A senadora Marina Silva fala sobre direitos humanos, cidadania, meio ambiente e desenvolvimento sustentável
21h55 - Senado em Pauta
22h - Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO FM

8h - Agenda Senado
Em seguida - Música e informação
10h - Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
19h - "A Voz do Brasil"
Em seguida - Música e informação
20h30 - "Senado em linha direta - Edição Nordeste"
Em seguida - Música e informação
21h - "Senado em linha direta - Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida - Música e informação
21h30 - "Senado em linha direta - Edição Sul/Sudeste"
Em seguida - Música e informação
00h - Sessão Plenária (reprise)
Em seguida - Música e informação

Leomar Quintanilha destaca prêmio recebido pelo Correio Braziliense

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) comparou o prêmio World's Best Design recebido pelo jornal *Correio Braziliense*, à premiação de Gilberto Gil no Grammy e à indicação de Fernanda Montenegro e do filme *Central do Brasil* para o Oscar.

Tais fatos, na opinião do senador, contribuem para "reerguer o moral do brasileiro neste momento de crise".

Quintanilha lembrou a história do jornal ao parabenizá-lo pelo prêmio concedido pela Society for News Design aos jornais melhor diagramados do mundo.

Para o senador, esse prêmio é resultado de uma história coerente do diário a serviço da informa-



Prêmios assim, disse Leomar Quintanilha, contribuem para "reerguer o moral do brasileiro"

ção e do leitor. A trajetória de sucesso do jornal de Hipólito José da Costa, seu fundador em 1808, vem, na opinião de Quintanilha, desde a época em que lutou pela

independência do Brasil até a sua retomada com Assis Chateaubriand, como primeiro jornal da capital federal.

Ele destacou ainda "a elegância e criativa" diagramação do *Correio* e a abordagem dos temas de interesse social. "Trata-se de um jornal ágil e informativo, que jamais se esquivou de abordar temas cruciais com isenção e profundidade", comentou.

Para Leomar Quintanilha, foi isso que o levou o *Correio Braziliense* a ser colocado entre os 17 jornais mais bem desenhados do mundo, junto com o *The New York Times* e outras publicações prestigiadas.

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Edison Lobão lamenta morte de ex-governador maranhense

O senador Edison Lobão (PFL-MA) lamentou a morte do ex-deputado Ivar Saldanha, falecido recentemente, vítima de um acidente de trânsito. Segundo Lobão, Saldanha era um "líder político muito estimado em todos os setores sociais, quer na área estadual como na federal", e sua morte provocou uma grande consternação no Maranhão.

– Sete vezes deputado estadual, quatro vezes presidente da Assembleia Legislativa; duas vezes deputado federal; em três oportuni-

des, administrou São Luís como prefeito, e governador do estado por um ano. Basta a menção desse honroso currículo para se avaliar o grande prestígio desfrutado por Ivar Saldanha no Maranhão – acrescentou o senador.

Após destacar a tristeza causada pela morte de Ivar Saldanha, tanto no Maranhão como no Congresso, Lobão requereu à Mesa do Senado a inserção, em ata, de voto de pesar pelo falecimento do ex-deputado, e o envio de condolências aos familiares de Saldanha.



Lobão propôs voto de pesar e envio de condolências pelo falecimento de Ivar Saldanha

Arruda quer que só poder público parcele solo no DF

Projeto de lei destina-se, segundo o senador, a eliminar “ação nefasta exercida pelos especuladores” e a induzir crescimento ordenado

Projeto de lei apresentado pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) determina que somente o poder público poderá parcelar o solo do Distrito Federal para fins urbanos. Sucinto, o projeto tem apenas três artigos, incluindo o que revoga as disposições em contrário e o que determina a entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

A única ressalva feita por Arruda é com relação à Área de Proteção Ambiental (APA) da bacia do rio São Bartolomeu. A região segue legislação específica, não sendo alcançada pela proposta do senador.

Ao justificar sua proposição, Arruda mencionou a lei que criou



José Roberto Arruda

Brasília, de 1956. Ela determinava que todo parcelamento de terras seria de exclusiva iniciativa e responsabilidade do poder público. A falta de pagamento de algumas desapropriações, porém, fez com que parcelas de glebas voltassem às mãos de seus antigos proprietários, explicou.

– Paralelamente, a ação de grileiros e especuladores, o retalhamento da região em condomínios irregulares e parcelamentos indesejáveis, o desdobramento de cadeias dominiais altamente questionáveis, tudo contribuiu para lançar ao caos a realidade fundiária do Distrito Federal – argumentou o

senador na justificação do projeto.

Arruda pretende “não apenas eliminar a ação nefasta exercida no DF pelos especuladores”, mas também “disciplinar o processo de ocupação do solo no DF e induzir o seu crescimento de forma ordenada”. Ele quer ainda que a valorização das terras, “resultante da instalação de equipamentos de infraestrutura urbana custeada pelo poder público”, seja revertida em benefício de toda a coletividade.

O senador acrescentou que o governo federal acaba assumindo parte dos custos da ocupação desordenada do Distrito Federal, já que financia as áreas de saúde, segurança e educação. A medida aliviaria a carga financeira que o DF representa para a União, argumentou Arruda.

Luiz Estevão propõe regulamentação do Fundo Constitucional do Distrito Federal

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) apresentou projeto de lei complementar que cria o Fundo Constitucional de Financiamento do Distrito Federal. Pela proposta do senador, o fundo receberá 3% do produto da arrecadação tributária da União, recursos que seriam destinados à assistência financeira para execução de serviços públicos e ao custeio das atividades das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros do Distrito Federal.

O projeto regulamenta a emenda constitucional da reforma administrativa, aprovada em junho passado, que determina a constituição de um fundo próprio para prover o dinheiro destinado às atividades citadas.

– A instituição do fundo terá como consequência imediata desobrigar a União da responsabilidade de manter seus atuais compromissos financeiros com a prestação de serviços públicos do Distrito Federal – explicou o senador.

O projeto de Estevão estabelece que o Tesouro Nacional deve transferir os recursos do fundo ao Banco de Brasília (BRB). O dinheiro fica, segundo a proposta, isento de tributos e contribuições e será administrado pela Secretaria da Fazenda do governo do Distrito Federal.

A parcela de 3% dos tributos arrecadados pelo Tesouro foi definida por Estevão com base no que foi transferido ao DF nos

anos de 1995, 1996 e 1997 para financiamento das atividades da área de segurança. A sistemática adotada para o fundo deve, de acordo com o texto apresentado pelo senador, seguir o caminho adotado para a transferência dos recursos dos fundos de Participação dos Estados e dos Municípios e demais fundos constitucionais.

“Prendemos dar ao Distrito Federal aquilo que é seu direito, como capital da República e sede dos poderes constituídos”, explicou Estevão em entrevista recente à Agência Senado. “Hoje, dependemos de árduas e penosas negociações, todos os meses, para que o DF receba as transferências”, recordou o senador.

Taxa judiciária poderá beneficiar OAB

Os recursos obtidos com a cobrança da taxa judiciária no Distrito Federal deverão ser destinados às obras do edifício-sede da Ordem dos Advogados do Brasil – seção DF – e à Escola da Magistratura do Tribunal de Justiça do DF, segundo projeto apresentado pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF). A taxa seria cobrada na base de 2% sobre o valor da causa, até o limite da referência vigente no DF, e dividida em partes iguais entre

as duas entidades.

Em sua justificação, Estevão alega que, desde 1980, a taxa judiciária cobrada no DF destinou-se à construção do edifício-sede da OAB-DF. “Embora elas não estejam totalmente concluídas, necessitando o referido edifício de serviços urgentes de preservação e correção de problemas inerentes à sua construção, o Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça – DF

deliberou, no final do ano passado, não mais repassar o produto da taxa à OAB”, explica.

Luiz Estevão argumenta que a OAB constitui serviço público federal que vem prestando inúmeros benefícios à comunidade do DF, inclusive assistência jurídica gratuita. “Por isso, torna-se evidente que os efeitos da lei que destinou a taxa à OAB não poderiam ser sustados”, afirma o senador.

Projeto de Agripino altera regras para refinaranciar dívidas dos estados

Está tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), projeto de resolução de autoria do senador José Agripino (PFL-RN), com apoio de vários senadores, alterando parte da Resolução nº 78, que dispõe sobre operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A comissão está aguardando o parecer sobre a matéria, do senador Francelino Pereira (PFL-MG), para colocá-la na pauta.

Para o senador José Agripino, ao tratar da questão do refinanciamento da dívida mobiliária dos estados e municípios pela União a Resolução nº 78 impôs condições que inviabilizam a solução definitiva do problema para alguns casos. A Resolução nº 78, observou, proibiu definitivamente a emissão de títulos públicos para pagamento de precatórios, mas, a despeito dessa intenção “moralizadora”, verificase na prática a necessidade de alterar o seu art. 12, para que estados e municípios possam cumprir seus compromissos sem sacrificar programas prioritários para a população.

O dispositivo citado por José Agripino estabelece que os títulos públicos emitidos após 13 de dezembro de 1995 deverão ser resgatados no seu vencimento e ficam impossibilitados de ser refinanciados. Segundo o senador, essa regra “não previu que determinados estados e municípios, devido à sua precária condição econômico-financeira, ficarão insolventes e, conseqüentemente, ingovernáveis”. Acrescentou que o resultado desse sistema acabará fazendo com que os títulos emitidos para pagar precatórios gerem novos precatórios.

O projeto de José Agripino elimina essa regra e tem como objetivo, segundo observou, “abrir perspectivas” para que estados e municípios possam honrar seus compromissos, inclusive aqueles assumidos por administra-

ções anteriores.

– Entendo ser oportuna a apreciação dessa matéria no momento em que o país está firmemente decidido a promover o definitivo ajuste fiscal em todos os níveis, principalmente ampliando o prazo para resgate desses títulos, com vistas à retomada de seu desenvolvimento e à garantia da governabilidade – disse.

Alguns estados e municípios deverão questionar na Justiça a procedência e a obrigatoriedade do

pagamento desses títulos, previu José Agripino. Se a Justiça decidir pela validade dos títulos, observou, muitos estados e municípios não serão capazes de resgatar, à vista, os referidos títulos. Ele alegou também que estados e municípios são geridos por administrações que se sucedem e não é justo que erros cometidos por um mau administrador, no passado, inviabilizem administrações posteriores.

De acordo com o projeto do senador, a dívida mobiliária dos estados, dos municípios e do Distrito Federal poderá ser paga em até 30 anos, em parcelas mensais e sucessivas, nos termos do contrato firmado com a União e a respectiva unidade federada.

A obtenção do financiamento



José Agripino acredita que a Resolução 78 dificulta a solução definitiva para o problema do endividamento dos estados

para emissão de títulos com pagamento de precatórios judiciais é condicionada à comprovação, pelo emissor, da regularidade da documentação, com provas sobre a existência dos precatórios em 5 de outubro de 1988 e seu enquadramento nas regras constitucionais.

Alcântara defende uso da TV para utilidade pública

De acordo com a proposta, as mensagens serão veiculadas gratuitamente, todos os dias, entre as 19h e as 23h, através da aplicação de caracteres sobre as imagens, de forma a não prejudicar a programação normal das emissoras

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apresentou projeto de lei estabelecendo que as emissoras de televisão transmitam mensagens educativas e de interesse social mediante inserção de caracteres no pé do vídeo. As mensagens seriam veiculadas gratuitamente, todos os dias, entre as 19h e as 23h. O projeto altera o Código Brasileiro de Telecomunicações.

De acordo com a proposta do senador, as mensagens serão veiculadas de forma a não prejudicar a programação normal das emissoras, aplicando-se a lei, no entanto, inclusive na transmissão de eventos esportivos, religiosos, culturais ou de comoção nacional.

Os custos de produção dos caracte-

res das mensagens deverão ser cobertos pelas entidades responsáveis pela divulgação.

Na justificativa do projeto, Lúcio Alcântara considera que a solução contorna as reações das emissoras às demandas dos poderes públicos por espaço de divulgação, dado que a inserção de caracteres no rodapé do vídeo não interrompe a programação comercial e, portanto, não acarreta prejuízos econômicos.



Lúcio Alcântara

O recurso, ponderou o senador, vem sendo utilizado pelas próprias emissoras para fazer anúncios, divulgar informações e notícias urgentes sem interromper a programação nem suspender a transmissão de partidas esportivas.

Pescador pode ganhar seguro durante "defeso"

Projeto de autoria do senador Lúcio Alcântara propõe a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca durante o período de proibição da atividade – defeso. O benefício, no valor de um salário mínimo, será garantido pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

COMO SE BENEFICIAR
Segundo o projeto, basta o pescador apresentar registro profissional do Ibama, atestado da colônia de pescadores a que esteja filiado ou, em último caso, declaração de dois pescadores profissionais idôneos.



pregados que tenham sido contratados formalmente. "Ficam excluídos todos os trabalhadores semiformais e informais, que são a maioria no mercado de trabalho brasileiro. Outras categorias, envolvidas em atividades sazonais ou dependentes de fatores ambientais, também recebem uma cobertura frágil:

– Eles têm dificuldades para

atender aos pré-requisitos legais. É em razão da existência de vazios na cobertura que entendemos necessário aprimorar a legislação do seguro-desemprego – explicou Alcântara na proposta.

O senador considera exagerado exigir, como faz a legislação atual do seguro-desemprego, comprovação de que o trabalhador tenha tido um emprego formal durante, pelo menos, 15 meses nos últimos 24 meses.

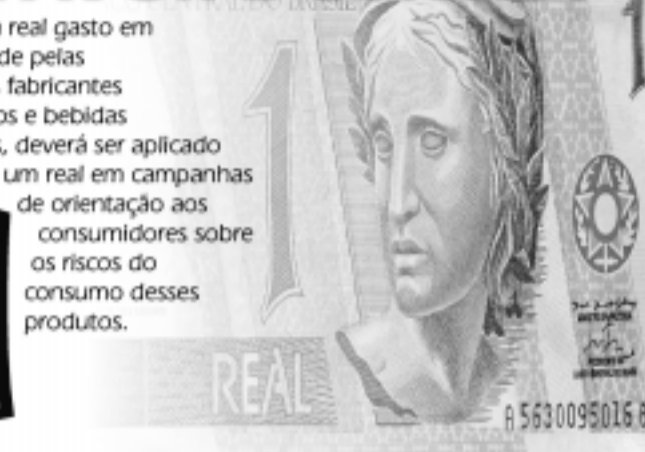
Segundo Alcântara, dentre as condições especiais de emprego e trabalho, sua preocupação principal é com os trabalhadores da pesca. Para o senador, considerando que a fixação de um "período de defeso" é de interesse público, isto é, objetivando beneficiar o meio ambiente, é justo estender a eles o pagamento do seguro-desemprego.

Em sua proposta, para cumprir as exigências do seguro-desemprego basta apresentar registro de pescador profissional do Ibama, emitido, no mínimo, há dois anos da data da publicação desta lei, atestado da colônia de pescadores a que esteja filiado ou até, em último caso, declaração de dois pescadores profissionais idôneos.

ANÚNCIOS A FAVOR E CONTRA



Para cada real gasto em publicidade pelas empresas fabricantes de cigarros e bebidas alcoólicas, deverá ser aplicado um real em campanhas de orientação aos consumidores sobre os riscos do consumo desses produtos.



Projeto obriga indústria a pagar campanhas contra fumo e bebida

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou projeto de lei estabelecendo que cada real gasto em publicidade pelas empresas de produtos derivados de tabaco ou bebidas alcoólicas corresponderá a um real aplicado em campanhas que condenem o vício ou demonstrem as conseqüências do uso desses produtos para a saúde dos consumidores. O projeto será examinado em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

De acordo com o projeto de Suplicy, as campanhas condenando o uso das substâncias deverão ocupar o mesmo espaço, tempo de duração e faixa horária, nos mesmos veículos que transmitirem as campanhas promocionais do produto.

O senador, em sua justificativa, salienta que a maior causa de internações psiquiátricas no Brasil é o uso abusivo de bebidas alcoólicas. Ele destaca também que o álcool exerce efeito em quase todas as células do organismo, particu-

larmente nos neurônios.

Suplicy afirma ainda que a exposição crônica à fumaça do cigarro resulta em redução definitiva de ventilação pulmonar, que a chance de morrer por bronquite crônica é quatro vezes maior entre os fumantes e que o risco de morrer por enfisema é sete vezes maior:

– É hora de estreitar o cerco e de definir o que contribui e o que conspira contra um ideal humano de felicidade e saúde – afirma o senador.

Suplicy quer maior rigor com devedores

O senador Eduardo Suplicy, preocupado em reduzir as facilidades dos "devedores contumazes da Fazenda Pública", apresentou projeto de lei estabelecendo a indisponibilidade de bens e direitos dessas pessoas, com previsão de sua conversão em penhora, visando dar "maior força e coerção" aos instrumentos de cobrança dos créditos tributários federais.

Segundo a proposta, o Ministério da Fazenda deverá declarar a indisponibilidade de bens e direitos de quem for comprovadamente devedor, desde que haja processo aberto pela União e tenham sido esgotados na esfera administrativa todos os prazos de defesa, de recursos e de cobrança amigável.

Suplicy propõe, ainda, que não seja declarada a indisponibilidade se a dívida estiver garantida por de-

pósito, caução ou fiança. O projeto determina também que a autoridade competente (a ser definida quando da regulamentação da lei) deverá tomar providências para evitar que o devedor pratique "atos de alienação ou gravosos, de bens ou direitos, com a intenção de fraudar o crédito".

O senador petista lembra que "o decepcionante índice de ineficiência constatado na cobrança dos executivos fiscais (mais de 80%), motivado principalmente pela precariedade de cumprimento dos denominados mandados executivos na fase judicial, tem se constituído em premiação indesejável para os maus pagado-



Eduardo Suplicy

res, que se locupletam com o uso indevido do dinheiro público".

O maior objetivo, explica Suplicy, "é eliminar a principal causa responsável pela perda, sem análise de mérito, de mais de 80% dos créditos tributários inscritos em dívida ativa, ou seja, a citação e penhora de bens sob responsabilidade do oficial de justiça do Poder Judiciário, possibilitando a inversão do controle jurisdicional, de forma que a União possa sair da posição de autora para a condição de ré, na ação judicial de cobrança".